

Julho de 1987

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Sexta-feira 10 3185

nigar à Casa que o Deputado Ulysses Guimarães está ausente da presente sessão em razão de viagem que empreendeu a São Paulo para ali participar do velório e sepultamento de seu irmão, Dr. Achiles Guimarães, falecido nas primeiras horas da madrugada de hoje.

Fazendo o registro, desejo levar, em nome da Mesa — e creio poder fazê-lo em nome de todos os Srs. Constituintes — a solidariedade da Casa ao Presidente Ulysses Guimarães e a sua digna família.

O Sr. Gerson Peres, — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, preliminarmente, em nome de nosso partido, também queremos associar-nos às dores de nosso ilustre Presidente Ulysses Guimarães pelo falecimento de seu irmão.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupamos a tribuna para lembrar, neste período em que se elabora uma nova Constituição, a necessidade de o Poder Executivo — que aqui tem muitas vezes imposto os seus tentáculos — atender aos apelos vindos das áreas menos favorecidas deste País, como é o caso da região amazônica. Até a presente data, Sr. Presidente, não chegou à Amazônia, em nenhuma das agências bancárias do seu interior, o crédito anunciado e prometido pelo Governo Federal para socorrer a pequena e a média empresas. Esses créditos, decantados em versos e em manchetes, e que iriam minimizar o sofrimento dessas empresas — as suas agruras, digo melhor — não chegaram às regiões onde elas estão localizadas. Maldita burocracia! Diz-se isso hoje, e um ano depois chega, defasado, o recurso para atender àquelas dificuldades, já então multiplicadas por dez. Entra-se aí em um círculo vicioso o, e o dinheiro não chega sequer para dar início à eliminação dos primeiros problemas que sufocam as pequenas e médias empresas, sobretudo as que se alocam no campo, que trabalham no meio agrícola, plantando mandioca, arroz, feijão, milho e soja. Esse dinheiro não chega ao bolso daqueles pequenos produtores, que dele necessitam para sair das dificuldades que o próprio Governo lhes impôs com a implantação do Plano Cruzado I, do Plano Cruzado II. Deus queira que não aumentem as suas dificuldades com a implantação do Plano Bresser.

Sr. Presidente, que o Governo Federal, que tem aqui um Líder que se imiscui nos assuntos internos da Constituinte, que procura anunciar modalidades de projetos para a Constituição, que sugere medidas para a modificação do Regimento Interno, que opina a toda hora sobre os nossos trabalhos, escute, em contrapartida, a voz séria e correta daqueles que estão esperando o cumprimento da decisão governamental, o dinheiro nas agências bancárias das cidades interioranas da Amazônia, porque até o dia de hoje nenhum tostão, desses milhões, chegou até lá. Enquanto esse recurso não chega, o Governo fica desacreditado, perde a credibilidade e aparece, perante a sociedade, como uma instituição que promete e não realiza.

O nosso partido, que sofreu tantas críticas no passado, que foi muitas vezes injuriado, que foi aqui atacado por erros de governos passados, não usa o mesmo processo dos partidos que estão assentados no Planalto, sobretudo o PMDB, a quem apela no sentido de que cumpra a palavra empenhada quando prometeu socorrer as pequenas e médias empresas da Amazônia e de todo o Brasil, uma vez que elas estão no caos, e no caos elas continuam, por culpa exclusiva dos demandos dessa política econômica implantada desde o Sr. Dilson Funaro até o presente Ministro Bresser Pereira.

O Sr. Dilson Funaro nos espanta, hoje, através dos jornais, quando declara que deixou o Ministério da Fazenda por imposição dos americanos do norte. Triste e decepcionante manifestação, pois chega a ser até vergonhoso isso, quando dito por um ex-Ministro que se jactava de ser nacionalista, dono da verdade, messiânico e tradutor da felicidade do povo. Agora, não tendo em quem jogar a culpa do fracasso da sua política econômica, quer ele passá-la para os americanos do norte, que nada têm a ver com o seu fracassado Plano Cruzado. Não defendo aqui os americanos do norte, mas eles não podem ser os bodes expiatórios da incompetência do ex-Ministro da Fazenda.

Sr. Presidente, o nosso partido, portanto, deixa aqui registrado este apelo veemente ao Sr. Presidente da República, Dr. José Sarney, que nasceu lá na região amazônica, pelas bandas do Maranhão: que ao menos S. Ex^e se lembre de que a Amazônia também é Brasil e precisa receber os recursos que são canalizados para outras partes do País, mas favorecidas pelos planos do Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Nion Albernaz, Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NION ALBERNAZ (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós, no Brasil, não podemos desconhecer o trabalho que o PMDB vem fazendo em favor da democracia.

A partir do ano de 1982, quando conseguiu aprovar, nesta Casa, projeto que deu ao povo o direito de, através do voto direto, escolher o seu governador, o PMDB não descansou enquanto não levou até as praças principais das cidades brasileiras o grande movimento das diretas já, em favor do direito que cada cidadão tem de escolher o seu Presidente da República. Não tendo conseguido a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, o PMDB não se deu por vencido e, através de uma grande movimentação de massa, da campanha do "Muda, Brasil", conseguiu chegar até o Colégio Eleitoral, tão esdrúxulo e condenado por todos. Mas tentou, por meio do próprio Colégio Eleitoral, acabar com esse mesmo instituto, tão espúrio, na nossa política.

Através do PMDB definido, todas as mudanças deste País deveriam ser institucionalizadas. É da responsabilidade do PMDB a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A partir de um trabalho de base das Subcomissões e, posterior-

mente, das Comissões Temáticas, cada Constituinte teve oportunidade de apresentar suas sugestões.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, iniciamos do nada e temos hoje um esboço de Constituição. É claro que não podemos julgar o edifício único e exclusivamente a partir de sua base, nem tampouco analisar o acabamento de acordo com seu alicerce. E aqui temos apenas uma base da nova Constituição, que, se não é boa no todo, é muito importante, porque abrange as sugestões do povo brasileiro. E o trabalho do PMDB, bem como o dos demais partidos, é no sentido de melhorar esse esboço, a fim de darmos à Nação brasileira aquilo que ela merece. Este é o caminho que o PMDB irá percorrer. (Palmas.)

O Sr. Osmir Lima — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSMIR LIMA (PMDB — AC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, inúmeras críticas têm sido feitas pelos órgãos nacionais de comunicação aos trabalhos desta Assembleia, algumas até justas, outras completamente infundadas e precipitadas. Entendemos que, nesta fase dos nossos trabalhos, o anteprojeto de constituição está sujeito a receber emendas e modificações que — acredito — produzirão um texto mais compacto e, acima de tudo, condizente com os anseios da população brasileira. Mas quero aqui fazer referência, entre outras críticas abordadas pela imprensa, a duas delas: uma de caráter nacional e outra de caráter regional. A primeira é com relação à jornada de quarenta horas de trabalho. Diz-se que os empresários estão até ameaçando não fazer qualquer tipo de investimento em suas atividades, pois que aguardam com receio a aprovação de medidas pela Assembleia Nacional Constituinte. Entendem eles que a jornada de quarenta horas é perturbadora e criadora até do caos econômico e financeiro. Ora, faço parte, há vinte e dois anos, de uma empresa nacional, que é o Banco do Brasil, e com ele tenho um contrato de trabalho de apenas trinta horas semanais. Há vinte e dois anos desempenho minha atividade bancária com apenas trinta horas semanais e nem por isso o Banco do Brasil deixou de ser uma empresa eficiente e modelar dentro do sistema financeiro, mesmo atravessando alguns momentos de dificuldades em virtude da política econômica adotada pelo Sr. Delfim Netto e outros Ministros que o sucederam.

A crítica, a nível regional, feita especificamente na revista "Visão" desta semana, refere-se ao art. 484 das Disposições Transitórias, que trata dos três salários mínimos a serem concedidos aos ex-seringueiros, os chamados Soldados da Borracha, trabalhadores então recrutados nos termos do Decreto-lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1946. De acordo com este texto constitucional, eles receberão uma pensão mensal vitalícia no valor de três salários mínimos, e o seu parágrafo único estabelece que a concessão desse benefício será feita conforme lei complementar, de iniciativa do Poder Executivo, no prazo de 150 dias após a promulgação da nova Constituição.

Entendemos que algumas matérias, evidentemente, até poderiam ser objeto de lei complementar ou ordinária, mas esses bravos irmãos estão a necessitar do amparo constitucional, e é por isso que defendemos, intransigentemente, a permanência desse artigo. Aqueles que criticam esse dispositivo desconhecem muitos detalhes da História brasileira. Encastelados nos grandes centros, deixam de conhecer as histórias dos centros periféricos deste País. Desconhecem, inclusive, o esforço desses grandes compatriotas, que, saindo de suas regiões, notadamente o Nordeste brasileiro, deixando seus familiares, seus irmãos, partiram para enfrentar a mata amazônica inhospita, sofrendo doenças e solidão. Assim asseguraram aquela vasta região para o Brasil, mas eis que, como recompensa por esse trabalho maravilhoso, como prêmio de velhice, foram abandonados, deixados à mendicância.

Esta a triste sorte desses bravos Soldados da Borracha, tão responsáveis pelas vitórias das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial quanto os que lutaram na frente de batalha. A inclusão de um artigo a esse respeito não é absurdo, como quer fazer crer aquele órgão de comunicação. Por isso volto a pedir a compreensão e o apoio dos Srs. Constituintes para que essa medida permaneça nas Disposições Transitórias da atual Constituição, a fim de assegurar aos Soldados da Borracha, de forma definitiva e inofisísmavel, esse direito justo que jamais foi respeitado.

Poderiam até dizer: por que não levar isto ao plenário do Congresso Nacional para aprovação? Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que há 30 anos os Parlamentares da Amazônia vêm tentando aprovar no Congresso Nacional lei que beneficie esses homens heróicos que têm hoje a mendicância como prêmio, que estão a pedir esmolas nas principais capitais da Amazônia. Há 30 anos os Parlamentares vêm lutando para conceder esse salário como reconhecimento justo à luta desses bravos nordestinos. É por isso que consideramos adequado este momento para inserirmos seu direito nas Disposições Transitórias da nova Constituição. E temos fundadas esperanças de que a Nação sanará essa dívida para com nossos irmãos dignos e injustiçados, que são os chamados Soldados da Borracha, cuja existência a grande maioria da Nação até desconhece. (Palmas.)

O Sr. Gastone Righi como Líder do PTB. — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o jornal **O Estado de São Paulo** divulgou, no último dia 5 de julho, domingo, entrevista dada pelo grande líder Luiz Antônio Medeiros, novo presidente do maior sindicato da América do Sul — o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo — onde S. Sº faz o registro de posições corajosas e que certamente marcarão a história sindical brasileira.

Foi o autêntico grito de independência da classe trabalhadora, através da voz do destemido líder. Revela ele a maturidade que já existe no meio sindical, suficiente para podermos afastar o tradi-

cional paternalismo e levar os trabalhadores à luta e às reivindicações por justiça, conquistando posições no campo social por seus próprios braços.

Já era tempo de isto ocorrer. O que deseja, fundamentalmente, o novo trabalhismo — que depois de assumirmos a liderança do PTB prometemos à Nação, em 1986, através da candidatura de Antônio Ermírio de Moraes em São Paulo — é construir uma nova doutrina neste País, substituindo, naquilo que foi superado, o sistema básico ideológico do trabalhismo pâtrio tradicional.

Isto se dá em diferentes pontos doutrinários. Um deles é o de incentivar a classe trabalhadora às suas lutas, às suas conquistas, **sponte propria**, independentemente do paternalismo, que acaba escravizando, subjugando e impedindo que a classe trabalhadora emerja e venha a ser parceira do poder, com voz determinada, com vontade decidida, para cumprir o seu papel de mandatária, como deveria ser, por representar a maioria do povo brasileiro.

O depoimento de Luiz Antônio Medeiros, trabalhista integrado nesse esforço de renovarmos nossa doutrina e nossos princípios programáticos, na verdade enaltece a classe trabalhadora e o sindicalismo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V. Exº que faça transcrever nos Anais desta Constituinte o inteiro teor da entrevista, porque ela poderá servir de espelho, arrimo e inspiração aos trabalhos de elaboração da nova Constituição, voltada para o trabalhador moderno, que hoje já é proeminente no Brasil.

ENTREVISTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

Como o senhor está vendo o trabalho da Constituinte?

Olhe, eu nem sei se do trabalho dessa Constituinte vai sair uma Constituição. O relatório apresentado é uma colcha de retalhos e já veio a notícia de que serão discutidas mais de mil emendas. Parece que os Deputados não entenderam bem o espírito da coisa. No papel cabe tudo e eles estão preparando uma Constituição para não ser cumprida, porque não têm seriedade. Começo a discutir se o Brasil fez ou não um bom negócio elegendo a Constituinte agora. Não vejo a Constituição como uma panacéia, como um Frankenstein, em que se oferece tudo no papel, para se evitar que aconteça na vida prática. Agora, por exemplo, estão oferecendo o 14º salário. Ora, nós sabemos que isso é demagogia pura, pois foram necessários anos e anos de luta para que conseguíssemos o 13º salário. E, na verdade, não importa conquistar, no papel, 15 ou 20 salários se, na prática da economia, estes salários perdem seu valor real. Este ano, por exemplo, perdemos dois salários e, então, só tivemos 11. Então, importa é garantir o salário. Os políticos não estavam preparados e, por causa disso, eu já esqueci essa Constituinte. Para mim, uma Constituição serve apenas para definir as regras do jogo, dentro da liberdade. Esta é a única forma de se fazer um texto duradouro e que seja respeitado.

E a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas semanais? Onde entram elas?

A única reivindicação que os trabalhadores têm a fazer junto aos Constituintes é que eles garantam a negociação direta entre patrões e empregados,

sem a interferência do Governo. Não adianta criar garantias artificiais, que ninguém vai respeitar. Se a Constituinte continuar nesse ritmo de normatização eu, como líder sindical, não vou nem ter mais o que negociar. Nós temos uma tradição de luta e esta História nos garantiu ter hoje um acordo coletivo de trabalho ótimo. Este acordo prevê uma jornada de trabalho de 44 horas semanais para todas as empresas com mais de 50 empregados. Mas chegamos a isso com luta e com os pés no chão. Este milagre da estabilidade no emprego e da jornada de 40 horas obrado de cima para baixo, é demagogia pura e terá consequências sociais muito graves, porque a indústria simplesmente não vai cumprir tais normas. No fim, seremos atirados numa crise econômica tão grande que, para recuperar o tempo perdido, teremos de trabalhar 50 horas em vez de 40 por semana. Vou continuar lutando pela jornada de 40 horas, mas tentar substituir a luta sindical pela letra da Constituição é mentira, é pretender enganar o povo. Ninguém acredita nisso. Meu acordo coletivo tem 21 cláusulas e prevê tipos de realidades Agora, quando eu vou para casa e fico escutando A Voz do Brasil pelo rádio, me surpreendo com a rapidez com que os Deputados tentam transformar em decretos cláusulas de nossa convenção coletiva, que não podem ser cumpridas no Amazonas, simplesmente porque elas se aplicam a um capitalismo avançado, que é praticado aqui em São Paulo. Isso só atrapalha as relações capital x trabalho. Esse artificialismo não atende às necessidades da vida real. Eu aqui lido com dez mil empresas metalúrgicas e tenho três pisos salariais diferentes. Ano a ano ganhamos uma horinha ou outra na negociação coletiva, mas, evidentemente, uma empresa de menos de 50 empregados não pode receber o mesmo tratamento de uma de mais de 300. Qualquer generalização é irreal e artificial.

E a estabilidade no emprego?

Nós conseguimos aqui estabilidade no emprego para o acidentado no trabalho, enquanto durar a convenção, para a vítima de moléstia profissional e para aqueles que estejam próximos da aposentadoria e trabalhem há mais de cinco anos na empresa.

Mas ela é possível, estendida a todos os trabalhadores?

Veja bem: não podemos ficar na selvageria, mas também não é possível avançar de oito para 90. Evidentemente, são necessárias garantias para evitar que as empresas demitem o operário a seu bel-prazer. O melhor a se fazer é tentar construir diques para garantir o emprego. Mas a garantia absoluta, que estão querendo fazer valer na Constituição brasileira, não existe em nenhum país no mundo, nem na União Soviética, onde o Estado pode transferir um trabalhador de uma fábrica para outra, sem o consultar sobre seus interesses. Não admito fazer greve num fábrica à beira da falência, porque acho que a melhor garantia para o trabalhador, durante o crescimento econômico, é a liberdade de emprego. Nunca período de crescimento, a estabilidade no emprego é um instrumento contra o trabalhador, pois cria empecilhos e até evita que, mudando de emprego, o operário possa vender mais caro sua força de trabalho. Durante a crise, é preciso dar ao trabalhador a garantia de que seu emprego será relativamente preservado, evitando-se a crise das bruxas.